Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação
Institucional

Coordenadoria de Gestão Normativa e
Jurisprudencial

Seção de Divulgação

73/2013

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Configuração

ACIDENTE DE TRAJETO COM VEÍCULO DO EMPREGADO. VALE TRANSPORTE FORNECIDO PELO EMPREGADOR -- ACIDENTE DE TRABALHO NÃO DESCONFIGURADO PELA FRAUDE. O recebimento de vale transporte sem seu respectivo correto uso configura fraude, suscetível de demissão por justa causa, por quebra de fidúcia, desde que imediatamente aplicada a sanção, sob pena de configuração de perdão tácito. Tal fraude, por si só, entretanto, não desconfigura o acidente "de trajeto" como "de trabalho". Entretanto, a garantia de emprego pode ser elidida pela aplicação da demissão por justa causa. (TRT/SP - 00016759720125020421 - RO - Ac. 5ªT [20130929322](#) - Rel. MAURILIO DE PAIVA DIAS - DOE 05/09/2013)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Cabimento

JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO. O reclamante requereu a concessão do benefício da justiça gratuita na petição inicial, bem como apresentou declaração de hipossuficiência. O benefício em questão pode ser concedido em qualquer fase processual, nos termos da OJ 269 da SDI I do C. TST. Outrossim, a declaração de pobreza disposta na peça processual preenche os requisitos legais, conforme entendimento pacificado nas OJ's 304 e 331 da SDI I do C. TST. Insta frisar que a contratação de advogado particular não constitui óbice ao deferimento da Justiça Gratuita, nos termos do art. 133 da CF/88. Os Princípios do Acesso à Justiça, da ampla defesa e do contraditório (artigo 5o, incisos XXXV e LV da Constituição Federal) pressupõem a defesa técnica do trabalhador, por profissional qualificado, não sendo possível restringir o direito do mesmo em optar pela nomeação de advogado particular. Assim, preenchidos os requisitos para a concessão do benefício da justiça gratuita, impõe-se a manutenção do julgado primevo. (TRT/SP - 00003765120125020303 - RO - Ac. 4ªT [20130926269](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 06/09/2013)

COMPETÊNCIA

Contribuição previdenciária

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A apresentação da relação de salários de contribuição guarda pertinência com o vínculo de emprego havido entre as partes, razão pela qual é da competência da Justiça do Trabalho dirimir a pretensão formulada, com supedâneo no art. 114, IX, da Constituição Federal. (TRT/SP - 00004189820125020433 - RO - Ac. 11ªT [20130945069](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 10/09/2013)

CONTRATO DE TRABALHO (EM GERAL)

Multiplicidade de contratos

UNICIDADE CONTRATUAL. Caracteriza-se o contrato de trabalho único quando, inobstante a existência de dois ou mais contratos com o mesmo empregador ou grupo, o lapso temporal entre a demissão e a readmissão for exíguo, somando-se, pois, os períodos descontínuos de labor, desde que o empregado não tenha sido despedido por falta grave, recebido indenização legal (FGTS) ou se aposentado espontaneamente. O escopo da norma é coibir a demissão fraudulenta, a qual é sucedida, imediatamente, de nova readmissão, com distorção da realidade, cujo prejuízo, inexoravelmente, é do trabalhador. (TRT/SP - 00012786820125020411 - RO - Ac. 5ªT [20130981448](#) - Rel. DONIZETE VIEIRA DA SILVA - DOE 19/09/2013)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Infrações trabalhistas (no caso, a quebra contratual antecipada) não induzem à ideia automática de ofensa moral pelo empregador ao empregado, pois aquelas podem ser reparadas materialmente pela Justiça do Trabalho. (TRT/SP - 00020300820105020315 - RO - Ac. 17ªT [20130946227](#) - Rel. RIVA FAINBERG ROSENTHAL - DOE 06/09/2013)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Configuração

RESCISÃO INDIRETA. Para o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho exige-se a prática de falta grave pelo empregador, capaz de tornar insustentável a continuidade do vínculo empregatício. O não pagamento do adicional de periculosidade não justifica a rescisão por culpa do empregador. Frise-se, outrossim, que a supressão do adicional em questão não configura conduta capaz de tornar impossível a manutenção do vínculo de emprego. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. CARACTERIZADA. DEVIDA. Em conformidade ao entendimento sedimentado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Súmula nº 331, IV, e em observância ao disposto no Código Civil, em seu artigo 186, torna-se inconteste a responsabilidade subsidiária da recorrente, na condição de tomadora de serviços. Recurso ao qual se nega provimento, no ponto. (TRT/SP - 00000958520125020371 - RO - Ac. 17ªT [20130947177](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 06/09/2013)

DOMÉSTICO

Configuração

Vínculo empregatício reconhecido - Empregado doméstico - inaplicabilidade da prescrição bienal eis que não decorridos dois anos entre a rescisão contratual e a distribuição da ação - Devidas dobras de férias não concedidas, bem como férias proporcionais, em face do disposto no artigo 2º do Decreto 71.885/72 e Convenção 132 da OIT - Indevida a multa prevista no parágrafo 8º do artigo 477 da CLT, à vista do disposto no artigo 7º, "a", da Constituição Federal - Sentença parcialmente reformada. (TRT/SP - 00016058020115020303 - RO - Ac. 4ªT [20130889517](#) - Rel. LUCIANA CARLA CORREA BERTOCCO - DOE 30/08/2013)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Efeitos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os Embargos Declaratórios prestam-se ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Assim, deve o julgador valer-se dos embargos de declaração para prestar esclarecimentos que possam complementar sua decisão, aperfeiçoando, com isso, a prestação jurisdicional vindicada pela parte. Embargos acolhidos para os esclarecimentos necessários, com efeito modificativo. (TRT/SP - 00019971220105020026 - RO - Ac. 3ªT [20130958209](#) - Rel. MARIA DORALICE NOVAES - DOE 10/09/2013)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Responsabilidade da sucessora

RFFSA. FERROBAN. ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA. SUCESSÃO. DELIMITAÇÃO TEMPORAL. CONCESSÃO. A responsabilidade da sucessora, no caso de transmissão da concessão de serviços públicos, mediante instrumento jurídico de transferência temporária da propriedade da concessionária principal, delimita-se pela data do desligamento do trabalhador. Na hipótese vertente, o trabalhador foi reintegrado ao trabalho, por meio de decisão executada apenas em 2005, mas que remonta ao desligamento ilícito, em 1995. Vale dizer, entre 1995 e 2005, embora afastado da prestação laboral, encontrava-se com seu contrato válido e exigível, o que configura a sucessão de empregadores, sem qualquer delimitação temporal. A responsabilidade da segunda concessionária mostra-se evidente. Agravo de Petição a que se dá provimento, para afastar a limitação da responsabilidade da ALL América Latina Logística apenas ao período posterior a 31/12/1998. (TRT/SP - 02198000619955020008 - AP - Ac. 9ªT [20130939522](#) - Rel. ELIANE APARECIDA DA SILVA PEDROSO - DOE 06/09/2013)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Acidente do Trabalho e Doença Profissional

ESTABILIDADE. LEI 8.213/91. NORMA DE CONOTAÇÃO SOCIAL QUE SE CONTRAPÕE À DISPENSA. IRRELEVÂNCIA DE AFASTAMENTO. A princípio cumpre salientar que a lei 8.213/91 visou garantir ao trabalhador-acidentado um período mínimo de estabilidade, já que certamente irá encontrar dificuldades na recolocação no mercado de trabalho; vezes por restarem seqüelas, vezes por persistirem limitações, ou mesmo redução na sua capacidade laboral. Nesse contexto, a garantia é vital para o empregado, que necessita do trabalho para seu sustento. A norma é de conotação social, vez que garante ao empregado acidentado/doente um respaldo da empregadora, materializado pela garantia legal em tela, a estabilidade. A Constituição alçou como pilares da República a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e o valor social do trabalho e da livre iniciativa (IV), dispondo ainda, em seu art. 170, III, sobre a função social da propriedade, e no caput deste mesmo artigo, que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. O que certamente se contrapõe a dispensa de empregado acidentado ou doente, já que não realiza qualquer dos princípios sobre os quais se funda a ordem jurídica e econômica de nosso país. Outrossim, em se tratando de doença profissional é irrelevante a ocorrência ou não do afastamento por quinze dias, seja a teor do disposto no próprio artigo 118 da Lei 8.213/91 ou ainda da Súmula 378 do C. TST. (TRT/SP -

00006351620105020465 - RO - Ac. 4ªT [20130926250](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 06/09/2013)

EXECUÇÃO

Penhora. Impenhorabilidade

"Bem de família. Impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade assegurada pela Lei 8.009/90 não pode conduzir ao absurdo de se permitir que o devedor mantenha o direito de residir em imóvel suntuoso, de elevado valor, se com a alienação judicial desse bem lhe resta numerário suficiente para aquisição de outro que lhe proporcione digna e confortável moradia". (TRT/SP - 00941006419995020433 - AP - Ac. 1ªT [20130935411](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 05/09/2013)

FERROVIÁRIO

Aposentadoria. Complementação

Complementação de benefício. CPTM e Fazenda do Estado de São Paulo. Alterações na estrutura da empresa não podem resultar em prejuízos ao trabalhador e não eximem as rés de cumprir as normas como originariamente contratadas e que se incorporaram ao contrato de trabalho; mencionadas regras, que integraram o contrato, redundam em diferenças de complementação de aposentadoria/pensão, como na hipótese. (TRT/SP - 00001289020125020075 - RO - Ac. 11ªT [20130945646](#) - Rel. WILMA GOMES DA SILVA HERNANDES - DOE 10/09/2013)

GESTANTE

Contrato por tempo determinado

INTERPRETAÇÃO DO INCISO III DA SÚMULA 244 DO C. TST. Tratando-se de contrato de trabalho por prazo determinado, a empregada goza de estabilidade no emprego durante a vigência do referido contrato, e não da forma como disposto na letra "b" do inciso II do artigo 10 da ADCT, dada as peculiaridades desta modalidade contratual, não podendo neste caso a empresa rescindir o mesmo de forma antecipada, a teor do que disposto no artigo 479 da CLT. (TRT/SP - 00010044520125020463 - RO - Ac. 18ªT [20130953835](#) - Rel. RUI CESAR PUBLIO BORGES CORREA - DOE 06/09/2013)

HONORÁRIOS

Advogado

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE PEDIDO NA INICIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. Constatado nos autos que o autor não formulou na inicial pedido de condenação da ré ao pagamento de honorários advocatícios, razão assiste à recorrente ao pugnar pela reforma da r. sentença, haja vista a ocorrência de julgamento *extra petita*. Recurso da reclamada a que se dá parcial provimento. (TRT/SP - 01455007420085020313 (01455200831302008) - RO - Ac. 11ªT [20130945050](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 10/09/2013)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO-MÍNIMO. SÚMULA VINCULANTE Nº 04. Tendo em vista o entendimento constante na súmula vinculante nº 04 editada pelo STF, que vedou a utilização do salário mínimo como indexador da base de cálculo de vantagem de servidor público e de empregado e substituição por decisão judicial, até que seja editada outra norma que disponha de modo diverso, prevalece o salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, nos termos do artigo 192 da CLT, conforme reiterados julgados do Corte Superior dessa Justiça Especializada. DA INTEGRAÇÃO DO D.S.R. EM HORAS EXTRAS. Indevidos os reflexos de horas extraordinárias sobre os d.s.r.'s e destes, enriquecidos com a integração daquelas, nos demais títulos, sob pena de ensejar o odioso efeito cascata ("bis in idem"), conforme cristalizada na jurisprudência do C.TST, através da edição da OJ 394 da SDI-I do C.TST. (TRT/SP - 00016221920115020303 - RO - Ac. 4ªT [20130889380](#) - Rel. PATRICIA THEREZINHA DE TOLEDO - DOE 30/08/2013)

Servidor público

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - LABOR EM CENTROS DE ATENDIMENTO DE INTERNAÇÃO E DE SEMILIBERDADE DESTINADAS A ADOLESCENTE QUE PRATIQUEM ATO INFRACIONAL - O fato de a autora alegar na petição inicial que seu trabalho com internos infratores, exigisse permanência diária e contato imediato, com manipulação de roupas ou vistorias nos alojamentos, inclusive quando, esses adolescentes encontravam-se doentes, fosse enfermidade comum ou contagiosa, ou quando chegavam às unidades baleados, não configura a insalubridade pretendida. Primeiro, porque o recinto destinado ao recolhimento dos adolescentes para ressocialização e educação não pode ser igualado aos estabelecimentos destinados aos cuidados com a saúde humana ("hospitais", "ambulatórios", "postos"), para enquadrar a atividade como insalubre conforme descrito no Anexo 14 da Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTe. Afinal, o objetivo destes centros socioeducativos, conforme artigo 1º, parágrafo 2º, itens I a III, da Lei nº 12.594, de 18/01/2012 é absolutamente diverso da finalidade primordial de uma unidade prestadora de cuidados de saúde, cuja finalidade é o de prestar à população pronta assistência médica curativa e de reabilitação, pequenos procedimentos, atendimentos médicos rápidos, de pouca urgência e consultas, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica. Em segunda análise, porquanto do cotejo das atribuições da demandante percebe-se que as atividades descritas não se enquadram em nenhuma das hipóteses que ensejam a percepção do adicional de insalubridade, seja pela própria atividade ou pela exposição que, segundo a Norma Regulamentar, deve ser frequente, incessante. Terceiro: o mero reconhecimento ao direito ao respectivo adicional pelo trabalho técnico (perícia), não basta se a atividade desenvolvida, dita insalubre, e até mesmo o local de trabalho não constarem na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, valendo observar que tal imposição advém dos artigos 190 e 195, ambos da CLT ["O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade" e "A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho (...)" (g.n.). Recurso ordinário a que se nega provimento (TRT/SP - 00024159120115020291 - RO - Ac. 16ªT [20130969650](#) - Rel. NELSON BUENO DO PRADO - DOE 10/09/2013)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

RECEPÇÃO DE VOZ ATRAVÉS DE FONE. INEXISTÊNCIA DE INSALUBRIDADE - Não enseja insalubridade a mera recepção de voz humana através de fone, por não se confundir esta atividade com a recepção de sinal em sentido estrito como, por exemplo, o morse. LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO TRABALHISTA. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PELOS SALÁRIOS E DEMAIS VANTAGENS DECORRENTES DO VINCULO DE EMPREGO. DANO À MORAL. Após a alta médica do INSS, a suspensão do pacto laboral deixa de existir, voltando o contrato em tela a produzir todos os seus efeitos. Se o empregador impede o retorno ao labor, deve tal situação ser vista como se o empregado estivesse à disposição da empresa esperando ordens, onde o tempo de trabalho deve ser contado e os salários e demais vantagens decorrentes o vínculo de emprego quitados pelo empregador, nos termos do art. 4º da CLT. Além disso, o mero fato de ensejar ao trabalhador a famosa situação de "limbo jurídico previdenciário trabalhista" - quando o empregado recebe alta do INSS, porém ainda está inapto para o labor segundo a empresa - configura o dano à moral, posto que o trabalhador fica à mercê da própria sorte, sem meios para a própria sobrevivência e de seus dependentes. (TRT/SP - 01553001020095020017 - RO - Ac. 5ªT [20130929365](#) - Rel. MAURILIO DE PAIVA DIAS - DOE 05/09/2013)

Perícia

Adicional de insalubridade - perícia indeferida - encerramento de contrato de prestação de serviços entre empregadora e municipalidade - hipótese de aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 278 do C. TST - acolhido o laudo pericial acostado aos autos pela empregadora como prova emprestada - Horas extras - serviço externo compatível com controle de jornada - a anotação do serviço externo na CTPS gera presunção apenas relativa de veracidade, cabendo ao ente patronal a comprovação de que o serviço era realmente incompatível com controle, do que não cuidou - Afastada a exceção legal, condenada a empregadora ao pagamento de horas extras, consoante horários de trabalho indicados na inicial, à vista da ausência de registros de ponto, ex vi do disposto no artigo 74 da CLT - Sentença parcialmente reformada. (TRT/SP - 00007519520125020030 - RO - Ac. 4ªT [20130892372](#) - Rel. LUCIANA CARLA CORREA BERTOCCO - DOE 29/08/2013)

JORNADA

Tempo à disposição do empregador. Transporte ao local de trabalho

Trajeto interno. Tempo à disposição. Discussão superada no Tribunal Superior do Trabalho. Súmula 429. Novo julgamento restrito à análise dos fatos e provas quanto ao tempo consumido no percurso. Evidências favoráveis ao autor. Horas extras deferidas. Recurso do autor a que se dá provimento nesse ponto. (TRT/SP - 00089006620075020253 (00089200725302000) - RO - Ac. 11ªT [20130944356](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 10/09/2013)

NORMA COLETIVA (AÇÃO DE CUMPRIMENTO)

Contribuição sindical

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL COBRANÇA PELA CNA. A cobrança judicial da contribuição sindical encontra previsão expressa no artigo 606 da CLT, que

prevê como meio processual próprio a ação executiva, baseada em certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, procedimento que não se atrita com o artigo 8º, inciso I, da Constituição Federal, na medida em que a natureza da contribuição sindical é tributária (CF, art. 149), e parte dela é destinada ao Estado (CLT, art. 589), devendo ser observado o Princípio Constitucional da Legalidade, como previsto no artigo 150, inciso I. Recurso ordinário da reclamante ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00013973920115020031 - RO - Ac. 13ªT [20130951220](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 09/09/2013)

PRAZO

Feriado ou domingo

Feriado. Prorrogação de prazo. Inexistência. A superveniência de feriado, quando a contagem do prazo já se havia iniciado, não acarreta a suspensão, interrupção ou dilação do "dies ad quem". Destarte, depreende-se que o recurso foi protocolizado no nono dia, estando, obviamente, extemporâneo. Não conheço. (TRT/SP - 00025023020115020038 - RO - Ac. 12ªT [20130931785](#) - Rel. ORLANDO APUENE BERTÃO - DOE 06/09/2013)

PRESCRIÇÃO

Intercorrente

Execução. Prescrição intercorrente. Não há omissão no parágrafo 1º do artigo 884 da CLT para se aplicar o artigo 40 da Lei nº 6.830/80. Aplica-se, portanto, a prescrição intercorrente no processo do trabalho. (TRT/SP - 00111007819995020042 - AP - Ac. 18ªT [20130953010](#) - Rel. SERGIO PINTO MARTINS - DOE 06/09/2013)

Execução. Prescrição. Há que se reconhecer a prescrição da execução com amparo na autonomia do processo de execução em relação ao de conhecimento. Aplicação dos art. 269, I, e 463, ambos do CPC, c/c art. 876, da CLT. (TRT/SP - 00975002919985020431 - AP - Ac. 3ªT [20130958608](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 10/09/2013)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - FATO GERADOR - SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO OU HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. O crédito previdenciário, nas ações trabalhistas, se constitui e tem como fato gerador a própria sentença, tornando-se devido após a liquidação da dívida ou homologação do acordo em face dos efeitos anexos ou secundários do julgado. (TRT/SP - 02967008720055020005 - AP - Ac. 8ªT [20130922506](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 06/09/2013)

Contribuição. Multa, juros e correção monetária

Contribuição previdenciária. Fato gerador. O fato gerador da contribuição previdenciária se concretiza com o pagamento do valor principal, incidindo juros de mora e multa somente após este momento, conforme dispõe o art. 276 do Decreto 3.048/99. (TRT/SP - 02970007919975020312 - AP - Ac. 8ªT [20130922514](#) - Rel. SUELI TOME DA PONTE - DOE 06/09/2013)

Recurso do INSS

INSS. Incidência Previdenciária. Indevida. Acordo antes da sentença. Discriminação válida. As partes licitamente transacionaram apenas verbas indenizatórias, frente à *res dubia* posta em debate, mediante efetiva e precisa discriminação dos títulos a que se referiu a conciliação e sobre os quais inexistiu incidência ou imposição de contribuição previdenciária, porquanto ausente fato gerador. Apelo provido. (TRT/SP - 00010465120125020251 - AP - Ac. 18ªT [20130923545](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 30/08/2013)

PROCESSO

Preclusão. Em geral

Nulidade. Cerceamento de defesa. Diante da contestação e dos documentos trazidos pela ré o autor declarou a desnecessidade de produção de outras provas e tal ato não pode ser entendido como indeferimento do pedido de produção de prova pelo juízo. Operou-se a preclusão. Nulidade rejeitada. (TRT/SP - 00018007020095020033 (00018200903302008) - RO - Ac. 11ªT [20130945620](#) - Rel. WILMA GOMES DA SILVA HERNANDES - DOE 10/09/2013)

PROCURADOR

Mandato. Revogação

Recurso ordinário. Irregularidade de representação. Renúncia do advogado. Aplicação do art. 45 do CPC c/c art. 5º, parágrafo 3º, da Lei 8.906/94 (EOAB), extensão de poderes de representação pelo prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo, o recurso pode ser interposto pela própria parte, no exercício do *jus postulandi* ou por advogado constituído após a renúncia. Interposição pela advogada após o decurso desse prazo implica o não conhecimento do apelo, por ausência de pressuposto extrínseco, referente à regularidade formal do recurso. Recurso que não se conhece. (TRT/SP - 00023543420105020012 - RO - Ac. 9ªT [20130992350](#) - Rel. BIANCA BASTOS - DOE 19/09/2013)

PROVA

Justa causa

JUSTA CAUSA. O ônus da prova da dispensa por justa causa é do empregador (art. 818 da CLT). Trata-se de um fato impeditivo do direito do obreiro às verbas rescisórias, que deve ser provado pela empresa (art. 333, II, do CPC). A pena capital trabalhista mais severa, que é a rescisão do contrato de trabalho por justo motivo, deve ser provada pelo empregador, de modo a não restar dúvidas da conduta do obreiro e não se cometa injustiça, o que não ocorreu no presente caso. Recurso ordinário da reclamada ao qual se nega provimento no particular. (TRT/SP - 00016483920105020016 - RO - Ac. 13ªT [20130951271](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 09/09/2013)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Cooperativa

VÍNCULO. FRAUDE À RELAÇÃO DE TRABALHO CONFIGURADA. ART. 9º DA CLT. Embora tanto as testemunhas quanto a própria reclamante, declararam que eram subordinados aos supervisores, cooperados, tornou-se claro através do depoimento da 2ª testemunha da reclamante, Sra. Janaína: "...; que todos os

enfermeiros eram cooperados; ..." (fls.241). Portanto, é inevitável que a reclamante tenha sido subordinada aos supervisores, também cooperados, já que não havia no quadro de enfermagem do 2º réu/Hospital, enfermeiro contratado através de CLT, donde se revela a alegada fraude na contratação da reclamante, via cooperativa, eis que, nesse caso, a Cooperativa/1ª ré agiu como mera intermediadora que fornece mão de obra ao 2º réu/Hospital. (artigo 9º da CLT) Aliás, o fato de contratar empresa prestadora de serviços para realização de sua atividade-fim, por si só, já se traduz em indício de fraude na contratação mediante "cooperativa". Ademais, revelados nestes autos que o "modus operandi" da Cooperativa/1ª ré fora de promessa de colocação de emprego, mediante prévia adesão à referida cooperativa. Não há, portanto, o princípio da "affectio societatis" que norteia a associação cooperativista. A sociedade cooperativa não pode ser uma mera agenciadora ou locadora de mão de obra, pois desvirtuaria plenamente os seus objetivos e tal procedimento contrariaria a Lei nº 6.019/74, que tem por escopo disciplinar o trabalho temporário. A idéia de cooperativa pressupõe a autonomia da vontade daqueles que se associam, não a adesão como mera condicionante para continuar prestando serviços ao 2º réu(Hospital), como se verificou no caso vertente, pois isso denota fraude à aplicação das normas trabalhistas (art. 9º da CLT). (TRT/SP - 00024814720105020084 - RO - Ac. 4ªT [20130889312](#) - Rel. PATRICIA THEREZINHA DE TOLEDO - DOE 30/08/2013)

Estagiário

ESTÁGIO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO CARACTERIZADO. Não basta, para a caracterização do compromisso de estágio, a simples apresentação de contrato firmado, envolvendo a instituição de ensino à qual se vincula o trabalhador. É preciso a demonstração de que o mesmo efetivamente participava de programa de estágio supervisionado, complementar à sua formação técnica. (TRT/SP - 00015784320105020203 - RO - Ac. 17ªT [20130947185](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 06/09/2013)

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Pagamento em dobro

Horas extras. Terça-feira de carnaval. Terça-feira de carnaval não é feriado ou dia destinado a descanso, mas dia normal. Pode ser exigido trabalho nesse dia. São feriados civis e religiosos os declarados nos artigos 1.º e 2.º da Lei nº 9.039/95, que não prevê terça-feira de carnaval como feriado. (TRT/SP - 00020424720115020263 - RO - Ac. 18ªT [20130953088](#) - Rel. SERGIO PINTO MARTINS - DOE 06/09/2013)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Empreitada/subempreitada

Contrato de empreitada. Dono da obra. Exclusão da responsabilidade. Não há responsabilidade por débitos trabalhistas quando o contratante figura como dono da obra e não atua no ramo da construção civil. (TRT/SP - 00014730320115020051 - RO - Ac. 1ªT [20130930177](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 05/09/2013)

Terceirização. Ente público

No julgamento da ação declaratória de constitucionalidade - ADC 16 - ajuizada pelo governo do Distrito Federal, o STF declarou a constitucionalidade do

parágrafo 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93, obstando a aplicação da responsabilidade subsidiária à Administração Pública em face do mero inadimplemento dos direitos trabalhistas. (TRT/SP - 02207000420085020082 - RO - Ac. 17ªT [20130946820](#) - Rel. RIVA FAINBERG ROSENTHAL - DOE 06/09/2013)

SALÁRIO-UTILIDADE

Alimentação (em geral)

Incabível a aplicabilidade da OJ.413 da SBDI-1 do C.TST para considerar os valores pagos a título de auxílio-alimentação/cesta alimentação no cálculo do benefício de complementação de aposentadoria, quando existente regulamento do empregador, o qual deve ser restritivamente interpretado, declarando expressamente quais verbas compõem o cálculo da contribuição. (TRT/SP - 00013359720125020084 - RO - Ac. 12ªT [20130931823](#) - Rel. ORLANDO APUENE BERTÃO - DOE 06/09/2013)

AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. INTEGRAÇÃO EM COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA Diante da natureza indenizatória do benefício, não há que se falar em integração na complementação de aposentadoria percebida pelo autor. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00011961320105020086 - RO - Ac. 3ªT [20130961560](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI - DOE 10/09/2013)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Julgamento "extra petita"

JULGAMENTO "EXTRA PETITA". NULIDADE. A sentença que vier a reconhecer de temas fora do que foi pedido (*extra petita*), não enseja nulidade, sendo passível de ser reformada até o limite da postulação, conforme disposto nos artigos 796, da CLT e 249, do CPC. (TRT/SP - 00002182020115020371 - RO - Ac. 3ªT [20130961579](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI - DOE 10/09/2013)

Nulidade

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. Decisão. Nulidade. Ausência de vista à parte contrária. Não se pode olvidar que, em instância ordinária, a ausência de vista à parte contrária não acarreta nulidade, diante da inafastável observância do contraditório, ampla defesa e reexame da matéria, em sede recursal, remanescendo ausente prejuízo à parte. Neste sentido, aliás a OJ 142, II do TST. Assim, aplico o art. 794 da CLT, inexistindo irregularidade quanto ao procedimento adotado pela MM. Vara de origem. Preliminar que se rejeita. (TRT/SP - 00017691320115020055 - RO - Ac. 18ªT [20130924932](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 30/08/2013)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Salário

A relação jurídica existente entre a reclamada (CEETEPS) e a UNESP somente se refere aos aspectos educacionais e não financeiros ou orçamentários. A ré não tem autonomia financeira, dependendo de subvenção anual do Governo do Estado, sob forma de dotações orçamentárias. A UNESP não tem ingerência no orçamento do CEETEPS. Logo, não pode o recorrido conceder reajustes salariais aos seus servidores, sem que haja lei específica para tanto. Correta a sentença de

origem. (TRT/SP - 00002505920125020025 - RO - Ac. 18ªT [20130924975](#) - Rel. RUI CESAR PUBLICO BORGES CORREA - DOE 30/08/2013)

TRABALHO TEMPORÁRIO

Contrato de trabalho

CONTRATO TEMPORÁRIO (Lei nº 6019/74). NÃO CARACTERIZAÇÃO. O contrato temporário detém peculiaridades que o diferenciam dos demais pactos e está enquadrado em situação excepcionalíssima, pois se divorcia do Princípio da Continuidade do Vínculo de Emprego. Por tais razões, para que seja considerado como tal, deverá, no plano fático, ser revestido por todos os elementos legais de validade e, para que seja reconhecido judicialmente, a comprovação de tais elementos é imprescindível. À míngua de provas, inviável a caracterização do contrato havido entre as partes como temporário. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00011900320115020302 - RO - Ac. 5ªT [20130981375](#) - Rel. DONIZETE VIEIRA DA SILVA - DOE 19/09/2013)